

Macau, Macaenses e Língua Portuguesa

Ana Cristina Rouillé Correia

AO FALARMOS DE MACAENSES SABEMOS QUE, NO geral, de portugueses se trata. Se a dúvida não está aí, porque ser *macaense* no sentido de «filho da terra» (de Macau) é necessariamente ser português de nacionalidade, resta saber se *português macaense* e *macaense português* são expressões que se equivalem, ou se entre elas há qualquer diferença – e, nesse caso, qual.

Quando falamos do *português macaense*, que tem o seu contraponto no português de Portugal, ou dos Açores, da Madeira, de Angola ou Moçambique, ou até do Minho ou do Algarve, estamos a acentuar a qualidade de português. Se falamos dum *macaense português*, estamos a centrar o nosso enfoque na qualidade de macaense, admitindo-se implicitamente dois factos interligados: que existe uma comunidade macaense, tipicamente local, distinta de outras comunidades geográfica e até etnicamente próximas; e que essa comunidade engloba indivíduos que se assumem como portugueses – e assim são reconhecidos pelos outros – a par de macaenses não-portugueses, ou seja, no caso concreto, chineses de Macau. Este último grupo inclui indivíduos de nacionalidade portuguesa e outros que a não detêm, mas tal não aparenta ser significativo, não justificando qualquer subdivisão, pelo menos num artigo desta natureza.

Nenhuma das designações mencionadas no início é comum. Não é hábito falar-se em *portugueses macaenses*, mas sim em portugueses de Macau. E também a expressão *macaenses portugueses* soa mal. Porquê, então, trazê-las agora aqui?

A sociedade de Macau tem vindo a sofrer profundas alterações ao longo deste século, e Macau é, agora, um meio clara e assumidamente urbano, o qual, além de ter crescido em número de habitantes, cresceu também – e muito – do ponto de vista económico. Uma emergente burguesia urbana local, etnicamente chinesa, tem progressivamente vindo a substituir-se aos

macaenses no lugar tradicionalmente ocupado por estes, não só a nível económico como também no papel de «ponte» entre a administração e a população.

Paralelamente, a comunidade macaense propriamente dita, ou seja, os portugueses locais herdeiros da rica mistura de sangue e culturas que nesta terra se criou, tem vindo a alterar as suas características, sobretudo pelo aumento dos casamentos com chineses e pela adopção dos costumes e valores da sociedade global.

Em resultado do crescimento e prosperidade da cidade, começa a fortalecer-se um sentido de identidade macaense, não já no sentido tradicional de «filho da terra», mas no de habitante nascido ou criado em Macau, aí socializado, e que partilha com uma fatia importante da sociedade local um conjunto de valores e de comportamentos tipificados que podem já ser considerados como (pré-)definidores de um grupo social distinto.

Macaenses *portugueses* e macaenses *chineses* nem sempre se diferenciam à primeira vista, sobretudo se o olhar é pouco experimentado. A língua de uso mais comum é o cantonês; e o português, ainda que conservado pela quase totalidade dos «filhos da terra», é reservado para contextos profissionais, religiosos ou, dum modo geral, mais formais. Só que, para quem lida com os macaenses, o português começa a aparecer mais e mais: presta-se, em primeiro lugar, atenção às palavras portuguesas que surgem no meio das frases: «requerimento», «modelo», «despacho»..., palavras ligadas à administração pública, onde os macaenses ainda têm um papel de relevo – que se espera que mantenham – e que entraram no vocabulário corrente dessa área, mesmo que a conversa decorra em cantonês.

Depois, começa-se a notar que uma frase pode ser começada em chinês e continuada em

português, ou vice-versa. Os contornos duma partilha de espaço linguístico esboçam-se no falar das gentes. Práticas partilhadas por chineses e macaenses, outras exclusivas de um dos grupos, ou sub-grupos... Na perspectiva do não-linguista, há a percepção destes fenómenos, mas porque os instrumentos de análise são pouco afinados, e porque pré-conceitos se interpõem, eles são referidos de forma sincrética, e o panorama que se esboça não dá conta do que ocorre.

Com os portugueses de Portugal, os macaenses falam português. E falam-no bem, fluentemente, à sua maneira, que não é exactamente igual à de Portugal – ou antes, não é exactamente igual à de outras regiões (apetece dizer paragens) onde o português se fala.

Entre si, os macaenses, às vezes, também falam português. Quando, com quem, sobre o quê, porquê, quanto, como, são questões a que não podemos responder com dados obtidos de forma sistemática, muito menos científica. Aqui, só a intuição nos informa. Sabemos que essas respostas são variáveis em função de factores que identificamos: pertença ou não às famílias tradicionais, grau de instrução, tipo de educação, maior ou menor contacto com a(s) comunidade(s) portuguesa(s) não local(ais), permanência em Portugal ou no Brasil... Mas os macaenses (ainda) falam português, e a sobrevivência da língua portuguesa em Macau está intimamente ligada com a manutenção ou alteração desse facto.

Mas regressemos aos conceitos de *português macaense* e de *macaense português*. Indo agora um pouco mais longe, poderemos perguntar-nos se, apesar de *portugueses macaenses* e *macaenses portugueses* serem duas realidades distintas, não se manifestarão, habitualmente, num mesmo indivíduo, sendo essa, aliás, a forma mais usual de se manifestarem. Ou seja, quando estamos em presença



«Macaenses portugueses e macaenses chineses nem sempre se diferenciam à primeira vista, sobretudo se o olhar é pouco experimentado». Fotografia de Ricardo Fonseca.

de um *português macaense*, verificamos que ele é, cada vez mais, também um *macaense português*, e cada vez mais no sentido de que, se para os mais velhos a noção de macaense se confunde de tal forma com a noção de português de Macau que elas são uma e a mesma coisa, já para os mais novos a noção de macaense é, sobretudo, a noção de «ser de Macau», de ter nascido e crescido em Macau, de ser parte integrante de uma sociedade de facto multicultural, de ter absorvido e contri-

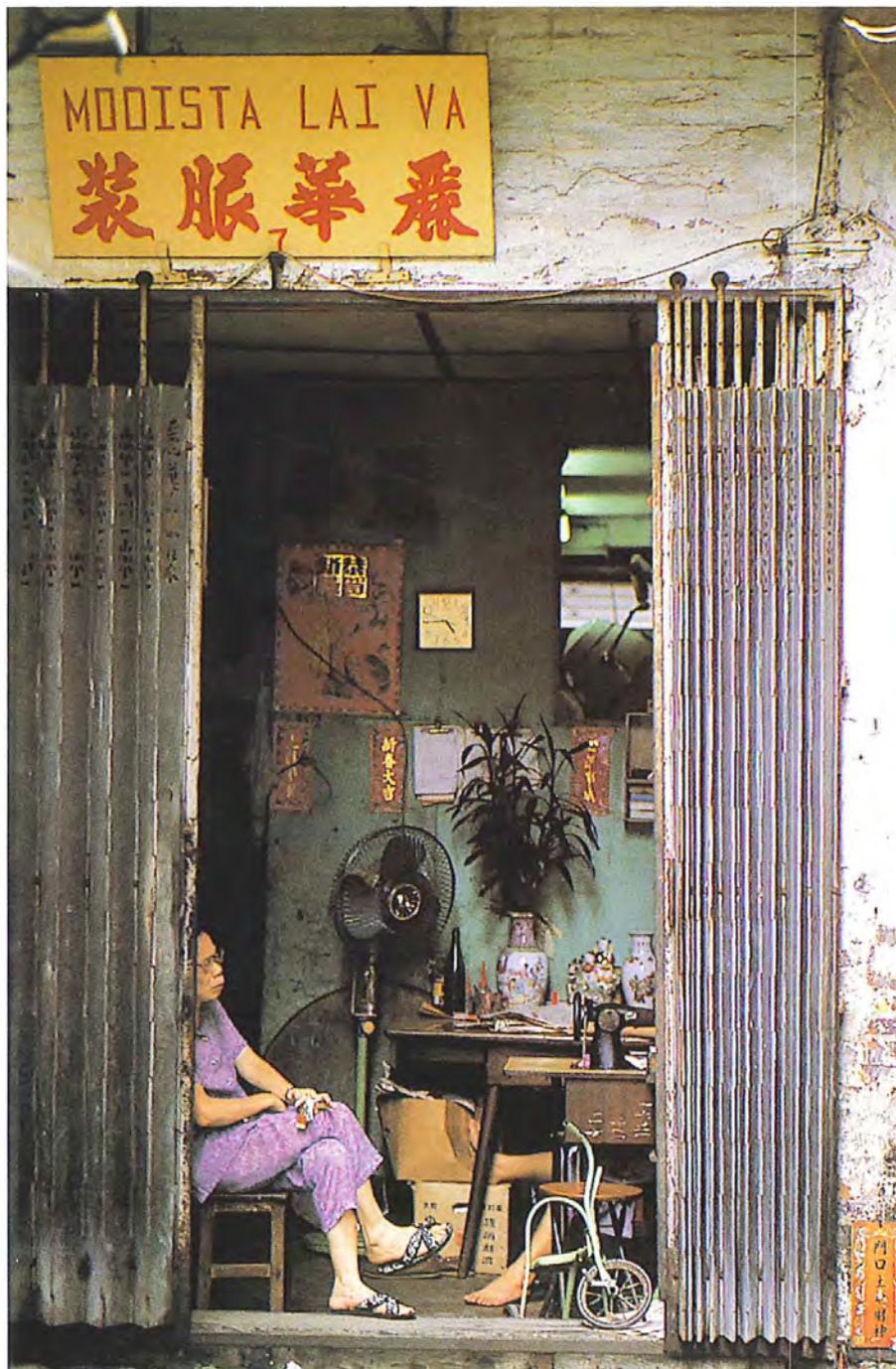
buído para manter viva uma cultura de facto miscigenada.

Temos então os *novos macaenses*: não aqueles que Marreiros retratava no seu paradigmático «Alianças para o Futuro», resultado da evolução do macaense tradicional, mas os produtos da cultura urbana macaense dos anos oitenta e noventa. Chineses, macaenses, portugueses de Portugal e das ex-colónias que aqui nasceram ou que aqui se criaram. Cultura de McDonalds e de *chau min*, de Titanic e de Templo de Shaolin, de

discoteca e de Festa da Lua. Qual será o património comum partilhado por este novel grupo? Será suficiente para que se fale numa identidade própria? Os caminhos por que seguirão os indivíduos que o compõem manter-se-ão entrelaçados?

A evolução social, política e económica do território nos próximos anos determinará as respostas a estas interrogações. Só então poderemos saber se a comunidade macaense «filha da terra» se diluirá na matriz chinesa ou se se manterão traços que a individualizam. Só então poderemos verificar se houve condições para a permanência de outros indivíduos de ascendência portuguesa não local. Só então poderemos perceber se a marca ocidental – portuguesa, mediterrânica, europeia, internacional – continua a ser patente no *futuro macaense*, o cidadão de Macau.

Seguindo o rumo oposto, ou seja, procurando prever no que se tornará o português macaense, ou seja, o português que cresceu e vive em Macau, ocorre-nos mencionar a importância de factores como a presença no território da língua portuguesa, a existência duma escola portuguesa, a manutenção das estruturas religiosas católicas, a permanência de firmas portuguesas e de contactos comerciais com Portugal. A uma dinâmica interna da própria comunidade corresponderão também factores de ordem externa, como o apoio do governo português, a funcionalidade e acessibilidade das estruturas diplomáticas e culturais portuguesas estabelecidas no território, e a evolução das relações políticas entre Portugal e a China. Se as relações intracomunitárias e internacionais são áreas extremamente complexas, dependentes de circunstâncias que seria vão tentar caracterizar numa abordagem tão rápida, podemos, em contrapartida, fazer alguns comentários sobre outros aspectos referidos.



«A língua de uso mais comum é o cantonês; e o português, ainda que conservado pela quase totalidade dos *filhos da terra*, é reservado para contextos profissionais, religiosos ou, de um modo geral, mais formais». Fotografia de Ricardo Fonseca.

A manutenção da língua portuguesa sobressai como sendo o factor de maior peso na conservação dum grupo étnico de matriz portuguesa, e terá de ser um fenómeno multifacetado, pois é consensual que a língua só terá condições para se manter se houver uma escola portuguesa, se houver uma vivência sociocultural de referências portuguesas, se houver conversas e meios de comunicação social em português, se os nomes das pessoas, dos lugares e das firmas se mantiverem (também) portugueses, se na igreja o português continuar em uso, se os contactos com Portugal e com os portugueses não se desvanecerem. E é isso que não sabemos se acontecerá ou não.

Para que a resposta a este «se» seja afirmativa, há que tomar determinadas medidas concretas:

- promover a fixação e a estabilidade da comunidade portuguesa, quer local, quer de outras origens;

- fomentar a criação de novas atitudes em relação à língua portuguesa, valorizando o seu papel instrumental como veículo de acesso a informação útil e atraente, mesmo que isso faça esmorecer o controle relativo à «pureza» da língua;

- facilitar a aceitação de variedades do português menos submissas às regras do português-padrão, nomeadamente a variedade local, fruto da descrioulização ocorrida a partir do início deste século;

- consolidar uma escola portuguesa que, sendo viável em termos económicos, satisfaça as necessidades de um público aprendente heterogéneo, para quem o português poderá ser língua materna ou não;

- criar instrumentos para a aprendizagem do português em Macau que levem em consideração o contexto linguístico e cultural em que o processo se desenrola, e as características diversificadas dos aprendentes;

- aplanar os caminhos que ligam as várias instituições com responsabilidades e poderes na área da difusão da língua e cultura portuguesas em Macau, para a que sua (esperada) abundância numérica e diversidade possa ser devidamente aproveitada;

- apoiar os meios de comunicação social em português, evitando o perigo de os deixar ficar reduzidos ao discurso redundante que facilmente chega ao receptor noutras línguas e por outros meios;

- estimular a interacção social entre os falantes de português, tornando a língua acessível a grupos com diferentes graus de domínio da língua.

O que pensa a população sobre estes aspectos? Escasseiam os estudos sobre estas questões, mas alguns dados recolhidos em 1998 junto de 181 *macaenses* e 169 portugueses de outras origens por meio de questionários escritos anónimos dão-nos uma ideia das expectativas destes dois grupos da população. À pergunta «Após 1999, quem pensa que vai ajudar à continuação do português em Macau?», em que as alternativas dadas eram as sete que constam do quadro da página seguinte, para além de «Os portugueses que forem para Portugal», «Os macaenses que forem para Portugal» e «Os macaenses que forem para outros países» (hipóteses praticamente não seleccionadas pelos respondentes), e em que se pedia que se assinalassem três escolhas hierarquizadas, as respostas obtidas foram as seguintes:

MACAENSES

	Total de escolhas	1 ^{as} escolhas
Os macaenses que fiquem em Macau	79 %	26,5 %
Os portugueses que fiquem em Macau	66,3 %	19,9 %
O governo de Macau	53,6 %	22,1 %
Instituições privadas de Macau	34,3 %	6,1 %
O governo de Portugal	33,1 %	18,8 %
O governo da China	11,6 %	3,3 %
Instituições privadas de Portugal	11,6 %	1,7 %

Ambos os grupos concordam que o factor humano é o principal, mas os macaenses dão-lhe mais relevo, e salientam mais a importância da permanência do seu próprio grupo étnico. Os portugueses de outras origens parecem, também eles, pender mais para a valorização do seu próprio grupo, se bem que de forma menos vinculada, pois apenas o sentido da primeira escolha se afigura revelador dessa tendência.

Em segundo lugar, aparecem os governos e, por último, as instituições privadas. Também aqui as duas comunidades valorizam mais o seu governo específico, sendo o papel do governo da China considerado por ambos de pouco relevo. Com efeito, para 53,6% dos macaenses, o governo de Macau vai ajudar à manutenção da língua portuguesa, enquanto que só 33,1% pensam o mesmo do governo português; já quanto aos portugueses não-macaenses a tendência se inverte, sendo os valores de 30,8% e de 40,1%, respectivamente. É ainda de notar que, para este grupo, as expectativas quanto ao contributo das instituições privadas de Macau são bastante altas, situando-o no terceiro lugar, quer em termos de total de escolhas, quer de primeiras escolhas. Os macaenses esperam menos das instituições locais, sendo esta diferença no respectivo grau de confiança bem demonstrada pelos

PORTUGUESES DE OUTRAS ORIGENS

	Total de escolhas	1 ^{as} escolhas
Os macaenses que fiquem em Macau	65,1 %	20,1 %
Os portugueses que fiquem em Macau	64,5 %	23,7 %
Instituições privadas de Macau	55 %	17,8 %
O governo de Portugal	40,1 %	16 %
O governo de Macau	30,8 %	11,2 %
Instituições privadas de Portugal	16,6 %	3,6 %
O governo da China	11,2 %	3,6 %

números: 55% de escolhas totais e 17,8% de primeiras escolhas para os portugueses não-macaenses e 34,3% e 6,1%, respectivamente, para os macaenses.

Que conclusões poderemos tirar desta pequena amostragem?

a) Em primeiro lugar, que os portugueses que vivem em Macau manifestam tendência para terem opiniões diferentes conforme se trata de «filhos da terra» ou de naturais de outros lugares;

b) Em segundo lugar, que partilham a ideia de que o papel da(s) comunidade(s) lusófona(s) é o principal num cenário de manutenção da língua portuguesa em Macau;

c) Em terceiro lugar, que quer macaenses quer não-macaenses acreditam preferencialmente em si próprios, em termos de comunidade e de governo;

d) Em quarto lugar, que o relativo descrédito dado às instituições locais pelos macaenses não é partilhado pelos restantes portugueses, que nelas confiam mais do que em qualquer governo.

E assim concluímos nós, com votos de que, entre pessoas, governos e instituições, haja razões, estímulos e apoios suficientes para que a língua portuguesa não desapareça do território.